



**PARECER PRÉVIO Nº 87/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12436/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Edson de Paula Rodrigues Mendes (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5756/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Barcelos, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. Edson de Paula Rodrigues Mendes, Prefeito e ordenador de despesas, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CRFB/88 c/c o art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, I, e art. 29 da Lei nº 2.432/96, e art. 3º da Resolução TCE nº 09/87.**

- 11- **Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 22 de Novembro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**PARECER PRÉVIO Nº 87/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 87/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 87/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12436/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Barcelos.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Edson de Paula Rodrigues Mendes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5756/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Barcelos. Exercício de 2019.

Encaminhamento. Recomendação. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Encaminhar**, após a sua devida publicação, este **Parecer Prévio**, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à **Câmara Municipal de Barcelos** para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas Contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*



**ACÓRDÃO Nº 87/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 87/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.2. Recomendar** à atual gestão da Prefeitura Municipal de Barcelos:

- a)** O cumprimento de prazos de envio ao TCE/AM e de publicação, inclusive no Portal da Transparência do RREO (bimestral) e do RGF (semestral ou quadrimestral);
- b)** O cumprimento de prazo e o envio (mensal e anual) de todos os documentos requeridos nas Prestações de Contas Mensais e Anuais, conforme normativos desta Corte de Contas;
- c)** Que o Poder Executivo Municipal preste auxílio às atividades do Conselho do FUNDEB, conforme disposto no §10º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007;
- d)** Que o Poder Executivo Municipal atente à Lei nº 13.005, de 25/06/2014, no sentido de elaborar o Relatório de Execução do Plano Nacional de Educação;
- e)** Que o Poder Executivo Municipal observe as normas legais quanto à adoção de mecanismos pelos municípios para o acompanhamento local da consecução das metas PNE, conforme prevê o §3º do art. 7º da Lei nº 13.005/2014;
- f)** Observe o disposto no art. 48, *caput*, da Lei Complementar 101/2000 com redação a Lei Complementar nº 131/2009, disponibilizando, em tempo real de forma organizada, a integralidade dos processos licitatórios e demais atos relativos à realização de despesas;
- g)** A correta instrução dos processos administrativos de licitação, observando os comandos previstos no art. 38, III, VI, VII da Lei nº 8.666/1993;
- h)** Que o Poder Executivo Municipal observe as regras quanto à indicação de fiscais de contrato para os fins de controlar o recebimento, bem como a utilização do material e o cumprimento das regras contratuais vigentes (art. 67, §1º c/c art. 15, §8º da Lei Federal nº 8.666/93);
- i)** O princípio da publicidade previsto no art. 37 da CRFB/88, de maneira a publicar todos os atos iniciais e decisórios dos certames licitatórios no Diário Oficial dos Municípios ou em outro veículo de grande circulação.

**10.3. Determinar** à **Secretaria de Controle Externo - SECEX** que adote providências quanto à **autuação de processo autônomo**, na espécie **Fiscalização de Atos de Gestão**, transferindo aos novos autos a documentação analisada nesta Prestação de Contas, visto que os achados de auditoria e as restrições identificadas pela DICOP, no Relatório Conclusivo nº 084/2021-DICOP, e pela DICAMI, no Relatório Conclusivo nº 201/2022-DICAMI, podem ensejar a submissão do responsável pelas Contas ao poder sancionador deste TCE/AM, conforme competência prevista no art. 71, VIII, IX, X, XI e §1º da



**ACÓRDÃO Nº 87/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 87/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

CRFB/88 e no art. 40, VII, VIII, IX, da Constituição do Estado do Amazonas;

- 10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno** que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 (RI-TCE/AM), dando ciência deste julgamento às partes interessadas, devendo ser remetido, em anexo, cópia deste Relatório/Voto e do Parecer Prévio.

- 11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 22 de Novembro de 2022.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.  
**14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral